

OLHAR DOS PROFESSORES SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRAS: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MARIA DAS CHAGAS CANDEIA NO MUNICÍPIO DE PATOS -PB

Kátia Macêdo Duarte

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN/ katia.duarte2012@gmail.com

RESUMO:

Este artigo que ora apresentamos é parte integrante da disciplina: Educação das relações étnicas – raciais e construção do currículo escolar, da especialização: UNIAFRO política de igualdade racial ambiente escolar. Este texto tem por objetivo apresentar os depoimentos das professores e relacionando a temática abordada nas relações étnico-raciais: racismo, discriminação racial, preconceito, segregação e desigualdades. A entrevista foi realizada na Escola Municipal Maria das Chagas Candéia, foram entrevistadas duas professores das anos iniciais do Ensino Fundamental. Portanto, esse estudo, fomenta uma reflexão e uma debate sobre o discriminação, o preconceito e as representações sociais de grupos socialmente subalternizados. Nos depoimentos das educadoras, diferença é frequentemente associada a um problema a ser resolvido, o preconceito e a discriminação são problemas que a escola e os professores têm de enfrentar e esta situação vem se agravando e não sabemos como lidar com ela. Neste sentido, consideramos fundamental que pensemos com muita atenção sobre como vemos o outro, o negro, o indígena e sobre que lugar este diferente ocupa na maneira que realizamos o nosso trabalho pedagógico. Estamos valorizando a diferença que constitui o outro, ou estamos trabalhando para a uniformização, querendo que os diferentes neguem sua identidade e cultura se comportem no padrão socialmente esperados pela sociedade? É nesse contexto complexo, contraditório, carregado de conflitos de valores e de interpretações, que se faz necessário re-significar a identidade, o papel do professor, requer saberes, conhecimentos e sensibilidade da experiências e criatividade para fazer frente às situações únicas, incertas e conflitivas, nos contextos escolares e não escolares.

PALAVRAS-CHAVES: História e Cultura, Étnicas Raciais, Livro Didático

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A Lei n.10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei compõem um conjunto de

dispositivos legais considerados como indutores de uma política educativas para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000.

2. METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como estudo de caso. Este tipo de pesquisa tem por finalidade um aprofundamento maior das questões propostas. De acordo com Gil (2010)

Os estudos de caso requerem a utilização de múltiplas técnicas de coleta de dados. Isto é importante para garantir a profundidade necessária ao estudo e a inserção do caso em seu contexto, bem como para conferir maior credibilidade aos resultados. Mediante procedimentos diversos é que se torna possível a triangulação, que contribui para obter a comprovação do fato ou do fenômeno. (2010, p.119)

2.1 Tipo e local de estudo

Apresentamos, nesta investigação a pesquisa exploratórias, será desenvolvido na cidade de Patos-Pb, na Escola Municipal Maria das Chagas Candeia, localizadas na área do Jatobá. Terá como sujeitos da pesquisa 03 professores da referidas instituições de ensino fundamental, professores do 3º; 4º e 5º anos

2.1.1 População e amostra

Os sujeitos dessa pesquisa são os professores do 3º; 4º e 5º anos ano do Ensino Fundamental, com mostra de 03 (três) professores. Que sejam do quadro permanente da escola Maria das Chagas Candeia.

2.1.1.1 Instrumentos de coleta de dados

Instrumento utilizado foram as observação realizadas no decorrer do períodos dos estágios gestão escolar, educação infantil e ensino fundamental e entrevistas, com o objetivo de registramos ações, gestos e prática das professoras, a partir das atividades desenvolvidas, dos conteúdos trabalhados e dos materiais selecionados.

Para Minayo, (2004) a entrevista individual fornece informações tanto secundárias como primárias. Esses fatos correspondem *“a fatos, ideias crenças, maneira de pensar, opiniões, sentimentos, maneira de sentir, maneiras de atuar, conduta ou comportamento*

presente no futuro, razões conscientes ou inconscientes de determinadas crenças.” (2004, p. 108)

Para isso, realizamos as observações no percurso do estágio supervisionada na sala de aula no ensino infantil e fundamental, as quais ocorreram por semana, para evitar o cansaço que poderia ser provocado com a presença da pesquisadora

3. RESULTADOS E DISCURSÕES

Aos profissionais da educação para responder questões e orientar as suas práticas profissionais em relação a diferentes formas de preconceitos, discriminações, violências urbana e escolar, em relação à mulher, aos negros, às crianças e jovens, aos povos indígenas. O enfrentamento a essas questões não se dá apenas no campo individual, mas essencialmente no coletivo, de forma democrática e participativa.

Por isso, destacamos o depoimento da Professora “A”, Quando perguntamos o que vem a mente quando ouve a palavra negro/negra ou indígena. Sou professora há 13 anos e confesso que a lei 10.639/03 me pegou de surpresa, - com trabalho essa questão? A gente fala de várias temáticas, realizamos gincanas cultural nas datas comemorativas e na semana dia da consciência negra.

Neste sentido, o respeito á pluralidade constitui requisito fundamental na construção da cultura, pois implica reconhecimento do outro, de seus valores e costumes. A igualdade, assim com a diversidade, são princípios fundamentais da democracia, e as escolas bem como demais instituições educativas podem fomentar a interação e a convivência social. Nesta perspectiva, através do reconhecimento de que não pode haver discriminação que excluam determinadas pessoas ou grupos.

Para Vasconcelos & Caetano, o reconhecimento do pluralismo que caracteriza a sociedade brasileira, na construção de identidades cultural e social.

A identidade é o resultado de uma construção social e da complexidade do social. O processo identitário é estruturado através de uma inter-relação individuo e social, onde podemos verificar fatores psicológicos e sociológicos que se articulam. Portanto a identidade de cada um de nós está sempre em construção, já que interage com as transformações vivenciadas no contexto social, responsáveis pela infinita produção de cultura(s). (2014, p.03)

Perguntamos a professora “B”, quais são suas dificuldades? E desafios pessoais você se depara? No ano passado, queria realizar o evento sobre o dia da consciência negra, fui barrada pela direção da escola. Fiquei decepcionada com a atitude da equipe pedagógica da escola.

A mesma professora afirma “sinto falta de espaços no decorrer dos planejamentos escolares, para debate e discutir sobre a temática, pensar que o preconceito e discriminação são formas concretas de violência dentro e fora da escola.”

Conforme o depoimento da professora, reconhecendo que há muito a ser feito neste âmbito, o acontecimento vivenciado ajudou a percebermos que ainda existe práticas de preconceitos e racismo dentro da escola. A forma mutante do discurso racial assume diversos contornos e se vale, muitas vezes, da justificação do desconhecimento, de posturas e esquemas mentais sustentados em interditos e não ditos racistas.

A Lei Federal nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Essa lei altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e tem o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro.

Com a lei nº 10.639/03, a história e a cultura afro-brasileira tornaram-se conteúdos obrigatórios em sala e pauta para o projeto político pedagógico. Para alcançar os resultados desejados, é preciso acabar com o mito de que não há racismo por aqui e, portanto, não faria sentido haver uma lei visando superá-lo.

Cabe a todos nós buscar meios de superar as dificuldades encontradas no cotidiano, de forma a romper com os componentes autoritários e conservadores que tão profundamente marcam a nossa cultura.

Observamos no relato da professora a falta formação continuada, os profissionais da educação precisam de formação que trabalhem em profundidade e favoreçam a construção de sujeitos e atores sociais, no nível pessoal e coletivo.

Neste sentido, torna-se imprescindível na formação de professores. Na entrevista as professoras A e B, diz precisamos de formação, “para mim nós não estamos preparadas para colocar diante destas temáticas. Porque as diferenças estão bombando na escola”. Nesta perspectiva, Nóvoa, afirma que formação continuada tem várias implicações.

A formação continuada deve estar articulada com o desempenho profissional dos professores, tornando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos. 1991, p.30

Nesse sentido, Nóvoa considerar a escola como locus privilegiado de formação passa a ser uma afirmação fundamental na busca de construir uma nova perspectiva para a formação continuada de professores. É importante ressaltarmos que a escola desenvolver uma prática escolar que garante a presença das condições mobilizadoras de processo formativo.

No tocante a prática é necessário que seja reflexiva, capaz de identificar as questões presentes no ambiente na escola, na sala de aula e na comunidade local, buscar compreendê-las e procurar formas de trabalhá-las de modo cooperativos. A prática coletiva, construída em grupo entre os docentes da escola. Para Freire

Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajudar a crescer, primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa deste direito, que, no fundo, é o direito também a atuar. 1993, p.88

Para Freire, a educação é concebida como uma ação cultural, sendo capaz de criar culturas, formar culturalmente os diferentes sujeitos sociais e democratizar a sociedade.

3.1 Abordagem Histórica

A obrigatoriedade da inclusão do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos da Educação Básica é fruto de decisão política influenciada por mobilizações representativas do movimento negro engajados nas lutas sociais.

O cumprimento da Lei n.10.639 e da lei n. 11.645 depende de investimentos na formação dos professores, confecção de livros e materiais didáticos que abordam a questão étnico-racial da nação brasileira. Desta forma, Silva aponta que o livro didático configura como elemento essencial utilizado para o processo educativo.

O livro didático ainda é nos dias atuais um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura par aos alunos oriundos das classes populares. Também par o professor dessas escolas, onde os materiais pedagógicos são escassos e as salas repletas de alunos, o livro didático talvez seja um material de supre as suas dificuldades. (2010.p.23)

No tocante ao livro didático poderiam se destacar as fatos ocorridos como as lutas pela resistências, o trabalho escravo nos engenhos, formação dos quilombos e não passariam a visão simplificadora de escravizados. A população negra no livro didático, no que tange ás suas lutas no grande período histórico a partir da abolição, salvo algumas exceções.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, depende de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. (2004, p.13)

As noções de reinvenção da escola e de re-significação do currículo como espaços e territórios ajudam a pensar produção de narrativas que valorizem a diversidade de culturas e identidades.

São várias as necessidades, bem como as estratégias, para melhorar a qualidade do acesso e da garantia dos benefícios sociais de cidadania. O direito á educação de qualidade para a população negra e o respeito a este direito tem sido sistematicamente apontados como um dos aspectos problemáticos da articulação entre educação e relações raciais no Brasil.

A dinâmica do preconceito e do racismo afeta o conjunto da sociedade, o que implica uma tomada de consciência por parte de todos sujeitos sociais. A população negra são apresentados no livro em situação social inferior divulgam-se imagens mostrando-os como seres submissos, improdutivos e considerados pessoas passado e que não estão presentes no Brasil contemporâneo.

A sociedade que mantêm uma visão estereotipada da população negra brasileira, marcadas por fortes desigualdades e mecanismos de exclusão e discriminação, para ampliar o acesso das mulheres, dos afrodescendentes ou outros grupos sócio culturais

excluídos ou objeto de discriminação, a direitos básicos ou oportunidades educativas, em função de processo histórico e socioculturais que não favorecem este acesso.

Para Pereira; Gomes, os negros são representados de maneira estereotipada como se isto fosse uma verdade dada a priori e aceita pela sociedade como justificativa para admitir que a inferioridade dos negros parece ser incontestável.(2001,p.49). Nesta perspectiva, ser negro no Brasil é estar inserido num ciclo de marginalização e discriminação social, afrodescendentes costumam sofrer duplo preconceito: racial e de gênero.

3.1.1. Identidade do negro no livro didático

Segundo Novaes, nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades, em construção permanente. É consciente dos mecanismos de poder que permeiam as relações culturais. Entende as representações de raças, gêneros e classe como produtos das lutas sociais sobre signos e significados.

Neste sentido, a imagem constituída de uma identidade brasileira de branquitude, com a supervalorização dos traços brancos como o ideal de beleza da sociedade. De acordo com Novaes,

o meu mundo, o meu eu, a minha cultura, do processo de decifração desse outro, do diferente. É como um processo de espelhamento. Ao mesmo tempo em que os grupos socialmente discriminados lançam um olhar para a sociedade, formam-se imagens a partir do modo como uma sociedade se vê refletida pelos olhos do outro. (Novaes 1993, p.109)

Portanto, a respeito da construção da identidade negra é um processo mais complexo, possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas. O negro teve grande presença na formação da sociedade brasileira. Conforme Munanga, enfatizar o conceito de identidade.

e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994: 177-178).

É importante reconhecimento do discurso no livro didático que assume diversos contornos e se vale, muitas vezes, da justificação do desconhecimento, de posturas e esquemas mentais sustentados em interditos e não ditos racistas. Consolidado no senso comum, esse discurso muitas vezes se disfarça nas relações cordiais como silenciamento e ajuda a manter o racismo. A identidade não algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros.

Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais.

Para Sodré (1999), afirma que os meios de comunicação do Brasil o chamado racismo midiático, ou seja, os media atuam dentro da esfera cultural como propagadores de modelos, sendo que isso ocorre a partir do ponto de vista dos grupos dominantes o que coloca em cheque toda uma diversidade cultural presente no país.

Tais imagens devem ser analisadas em termos da representação da mulher negra, do reforço ou combate ao preconceito, do modo de abordagem da história e cultura afro-brasileira e africana.



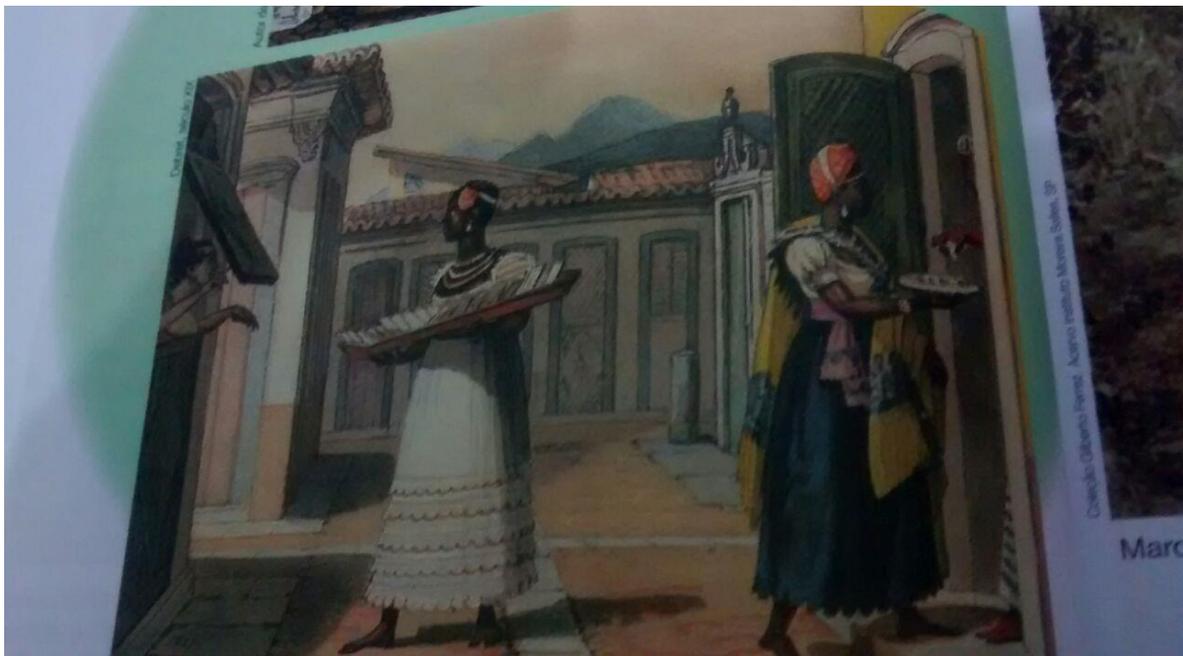
Nesta imagem, a mulher negra apresentada no livro de História do 5º ano do ensino fundamental, elas que executavam os trabalhos domésticos. A realidade demonstrada

nesta imagem levamos a refletir sobre as questões do racismo, da discriminação e cultura africana na sociedade brasileira.

Destacamos na imagem a presença de crianças escravas que brincavam juntas com crianças brancas, apesar disso, todos sabiam que não eram iguais, pois, os filhos de escravos já trabalhavam na roça deste de crianças. Por meio da cultura se destaca o reconhecimento e legitimando os saberes de grupos sociais historicamente marginalizados, negados ou subalternizados.

Neste sentido, o livro didático em análise destaca a figura da mulher negra como inferiorizada e fornecer os elementos para a representação dos grupos historicamente discriminados. A imagem do passado permanece em sua maioria incorpora as categorias de mucama, da empregada doméstica e da mãe preta e/ou mãe de leite.

Segundo Santos, a questão do racismo sempre acompanhou de perto a construção da identidade do negro na sociedade brasileira hoje. Essa construção foi sempre subordinada a um padrão branco e sua raiz histórica. Nesta perspectiva, sempre reapareça e mantenha a imagem da mulher negra aprisionada desumanizantes.



Na segunda imagem retirada do livro sobre o trabalho escravo no Brasil, a mulher negra vendia produtos na rua das cidades. Sob ponto de vista do enunciado apresenta a mulher negra com padrões de estética valorizando suas vestimentas e modelos de beleza. Apontando a importância da mulher negra e o seu papel no núcleo família.

Uma trágica herança de nosso passado, a problemática racial toca o nosso dia a dia de diferentes formas, utilizando de instrumentos como o livro didático, o cinema, televisão, filmes entre outros, realimentando o preconceito e a discriminação racial no âmbito educacional.

E assim voltamos a história para mostrar igualmente a sistemática negação da cidadania cultural sofrida pela mulher negra, engendrada pela sociedade e pelo Estado mesmo após a abolição da escravatura. Tendo como fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. Analisando o livro didático e seu conteúdo produzindo sinais em que o implícito da linguagem e das imagens que ratificam o discurso racista.

Diante dessas constatações, importa destacar o respeito à construção de uma cultura, pois implica reconhecimento do Outro, de seus valores e costumes. A mulher negra tem que estar engajada na luta pelo seu espaço dentro da sociedade brasileira. Neste sentido, a maneira como enxergamos o Outro, cuja identidade nos interpela, em geral está realimentada de preconceito e discriminação.

É possível e necessário mudanças de mentalidades, das maneiras de pensar e agir dos sujeitos inseridos nesta sociedade racista. A mulher negra é exemplo de força, guerreira, e fidalgo.

CONCLUSÃO

Termino esta breve reflexão reconhecendo a complexidade da temática suscitada pela Educação e com depoimentos de professoras do ensino fundamental, enfrentam dificuldades, faltam de apoio pedagógico, planejamento e principalmente formação docente.

Neste estudo, vem fomentar processos de educação formal e não formal, de modo a construir para a construção da cidadania, o conhecimentos da cultura afro-brasileira, o respeito à pluralidade e à diversidade, étnicas, racial, cultural e de crenças religiosas.

No tocante, a escola tem um papel fundamental na construção dessa cultura, contribuindo na formação de sujeitos de direito, mentalidades e identidades individuais e coletivas.

Em suma, mergulhar nos estudos é importante para garantir consistência à prática e evitar equívocos recorrentes, como tratar o continentes africanos como uma coisa só. Não podemos pensar somente na cultura afro-descentes, no dia 20 de novembro, precisamos mudar, agir, mobilizar os diferentes espaços escolares tecendo fios de novos saberes curriculares e visando construir relações raciais.

São necessários para que se corrijam as marcas da discriminação construídas ao longo da história. Visam melhores condições de vida para os grupos marginalizados, a superação do racismo, da discriminação de gênero, da discriminação étnicas e cultural, assim como das desigualdades sociais.

Portanto, faz-se necessário reconhecimento de racismo no Brasil e a compreensão da educação como instrumento fundamental para construção de novas mentalidade, comportamento, pautadas no respeito e na diversidade cultural.

Em suma, é importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, para superar preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas para romper com racismo silencioso que produzido nos material didático.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10.03.08: alteração a Lei 10.639/03 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática história e cultural afro-brasileira e indígena.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/MEC. **Diretrizes Nacionais para a Educação:** Diário Oficial da União, 30 de maio de 2012.

COUTINHO, Cassi Ladi Reis. **A Estética e o mercado produtor consumidor de beleza e cultura.** 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997

_____. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1993

Lei 10.639/03 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

Lei 11.645/08 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/li11645.htm.

LIMA, Mirna. **Porta aberta: Historia - 5º ano do Ensino Fundamental I** São Paulo: FTD, 2011.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

_____. **Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil.** In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar.* São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.

NOVAES, Silvia Caiuby. **Jogo de espelhos.** São Paulo: EDUSP, 1993.

NÓVOA, Antônio. **Concepções e práticas da formação continuada de professores:** In NÓVOA, A (org.). **Formação continuada de professores: realidade e perspectivas.** Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Na rota dos tubarões.** O tráfico negreiro e outras viagens. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

SANTOS, Hélio. **Discriminação racial no Brasil.** In: SABÓIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Orgs). *Anais de seminários regionais preparatórios para a conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.* Brasília: Ministério da Justiça,

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático,** Salvador: EDUFBA, 2010.

Resolução CNE/CPnº01/2004 disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

Vasconcelos, Lícia M. V. & Caetano, Vitor N. (2014) **Ponto do texto: 1. Identidade e Representações Sociais: Relacionando Campos de Estudo,** pp.02 a 09, In *Diálogo entre Representação Social e Identidade: Considerações Iniciais.* IX Simpósio Educação e Sociedade Contemporânea: desafios e propostas. Rio de Janeiro: UERJ.